Despacho n.º 23 010-X/2007

Nos termos dos artigos 7.º e 25.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, do artigo 28.º dos Estatutos da Universidade Técnica de Lisboa, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 70/89, de 1 de Agosto, da deliberação do senado n.º 26/UTL/2006, de 15 de Novembro, e na sequência do registo de criação do curso de mestrado em Política Social efectuado na Direcção-Geral do Ensino Superior com o n.º R/B-CR 269/2007, aprovo a criação do referido curso nos termos que se seguem:

1.º

Criação do curso

1 — A Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, cria o curso de mestrado em Política Social em conformidade com o regime jurídico fixado pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

2 — Em resultado desta criação, a Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, confere o grau de mestre em Política Social.

2.º

Organização do curso

1 — O curso de mestrado em Política Social, adiante simplesmente designado por curso, organiza-se em unidades de crédito, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

2 — O grau de mestre será conferido aos que satisfizerem as condições previstas no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

3 — Pela conclusão das 60 unidades curriculares correspondentes aos 2 primeiros semestres pode ser atribuído um diploma de pós-graduação em Política Social.

3.º

Estrutura curricular e plano de estudos

A estrutura curricular e o plano de estudos do curso conducente ao grau de mestre em Política Social constam no anexo ao presente despacho.

4.º

Classificação final

1 — Ao grau de mestre é atribuída uma classificação final expressa no intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20, bem como no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.

2 — As normas regulamentares, definidas pelo órgão legal e estatutariamente competente, fixam a forma de cálculo da classificação final.

5.º

Normas regulamentares do curso

O órgão competente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas aprova as normas regulamentares do curso, nomeadamente:

- a) Regras sobre a admissão no ciclo de estudos, em especial as condições de natureza académica e curricular, as normas de candidatura, os critérios de selecção e seriação, e o processo de fixação e divulgação das vagas e dos prazos de candidatura;
- b) Condições de funcionamento;
- c) Concretização da componente de dissertação/projecto;

d) Regimes de precedências e de avaliação de conhecimentos no curso de mestrado;

e) Regime de prescrição do direito à inscrição, tendo em consideração, quando aplicável, o disposto sobre esta matéria na Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto;

f) Processo de nomeação do orientador ou dos orientadores, condições em que é admitida a co-orientação e regras a observar na orientação;

g) Regras sobre a apresentação e entrega da dissertação/projecto e sua apreciação;

h) Prazos máximos para a realização do acto público de defesa da dissertação/projecto;

i) Regras sobre a composição, nomeação e funcionamento do júri;

j) Regras sobre as provas de defesa da dissertação/projecto;

k) Processo de atribuição da classificação final;

l) Prazos de emissão da carta de curso e suas certidões e do suplemento ao diploma;

m) Processo de acompanhamento pelos órgãos pedagógico e científico.

6.º

Início de funcionamento

As normas definidas no presente despacho entram em funcionamento no ano lectivo de 2007-2008.

8 de Agosto de 2007. — O Reitor, *Fernando Ramôa Ribeiro*.

ANEXO

Estrutura curricular e plano de estudos do curso de mestrado em Política Social

1 — Estabelecimento de ensino — Universidade Técnica de Lisboa.

2 — Unidade orgânica — Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

3 — Curso — mestrado em Política Social.

4 — Grau — mestrado.

5 — Área científica predominante do curso — Política Social.

6 — Número de créditos para a obtenção do grau — 120.

7 — Duração normal do curso — quatro semestres.

8 — Opções/ramos — não aplicável.

9 — Áreas científicas:

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Metodologia	Met	10	40*
Política Social	PS	70	
Ciência Política, Ciências da Comunicação, Política Social, Relações Internacionais, Serviço Social ou ainda Sociologia.	CP, CC, PS, RI, SS, S		
<i>Total</i>		80	40

* Os 40 créditos optativos são escolhidos de uma lista de unidades curriculares oferecidas anualmente pelo conselho científico, o qual poderá no futuro estabelecer novas unidades curriculares, de forma a adequar o curso às necessidades de actualização que a realidade social e a evolução científica aconselharem.

Plano de estudos do mestrado em Política Social

1.º ano/1.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho		ECTS	Observações
			Total	Cont.		
Teoria da Política Social	PS	S	125	TP = 40, OT = 30	5	
Seminário de Investigação I	Met	S	125	TP = 40, OT = 30	5	
Opção 1	Vide quadro UC's opcionais	S	125	TP = 40, OT = 30	5	
Opção 2	Vide quadro UC's opcionais	S	125	TP = 40, OT = 30	5	Optativa

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho		ECTS	Observações
			Total	Cont.		
Opção 3	Vide quadro UC's opcionais	S	125	TP = 40, OT = 30	5	Optativa
Opção 4	Vide quadro UC's opcionais	S	125	TP = 40, OT = 30	5	Optativa

1.º ano/2.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho		ECTS	Observações
			Total	Cont.		
Problemas Sociais Contemporâneos	PS	S	125	TP = 40, OT = 30	5	
Seminário de Investigação II	Met	S	125	TP = 40, OT = 30	5	
Opção 5	Vide quadro UC's opcionais	S	125	TP = 40, OT = 30	5	Optativa
Opção 6	Vide quadro UC's opcionais	S	125	TP = 40, OT = 30	5	Optativa
Opção 7	Vide quadro UC's opcionais	S	125	TP = 40, OT = 30	5	Optativa
Opção 8	Vide quadro UC's opcionais	S	125	TP = 40, OT = 30	5	Optativa

2.º ano/1.º e 2.º semestres

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho		ECTS	Observações
			Total	Cont.		
Dissertação	PS		1500		60	Horas de tutoria a definir caso a caso.

Unidades curriculares opcionais

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho		ECTS	Observações
			Total	Cont.		
Direito Político	D	S	130	TP = 45, OT =20, OT =20	5	Optativa
Gestão e Mediação de Conflitos	SS	S	130	TP = 45, OT =20	5	Optativa
Gerontologia	SS	S	130	TP = 45, OT =20	5	Optativa
Política Social Comparada	PS	S	130	TP = 45, OT =20	5	Optativa
Políticas de Família	PS	S	130	TP = 45, OT =20	5	Optativa
Políticas Públicas Europeias	RI	S	130	TP = 45, OT =20	5	Optativa
Políticas Sociais e Direitos da População Idosa	PS	S	130	TP = 45, OT =20	5	Optativa
Sociologia da Educação	S	S	130	TP = 45, OT =20	5	Optativa
Sociologia da Família	S	S	130	TP = 45, OT =20	5	Optativa
Sociologia da Informação	S	S	130	TP = 45, OT =20	5	Optativa

Despacho n.º 23 010-Z/2007

Nos termos dos artigos 7.º e 25.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, do artigo 28.º dos Estatutos da Universidade Técnica de Lisboa, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 70/89, de 1 de Agosto, da deliberação do senado n.º 434/2006, de 6 de Abril, e na sequência do registo de adequação do curso de mestrado em Gestão e Administração Pública efectuado na Direcção-Geral do Ensino Superior com o n.º R/B-AD-216/2007 (despacho n.º 4570/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 51, de 13 de Março), e tendo em consideração o disposto no artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, aprovo a adequação do referido curso nos termos que se seguem:

1.º**Adequação do curso**

1 — A Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, adequa o curso de mestrado em

Gestão e Administração Pública em conformidade com o regime jurídico fixado pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

2 — Em resultado desta adequação, a Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, confere o grau de mestre em Gestão e Políticas Públicas, e ministra o curso a ele conducente.

2.º**Organização do curso**

1 — O curso de mestrado em Gestão e Políticas Públicas, adiante simplesmente designado por curso, organiza-se em unidades de crédito, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

2 — O grau de mestre será conferido aos que satisfizerem as condições previstas no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

3 — Pela conclusão dos dois primeiros semestres do mestrado, pode ser atribuído um diploma de pós-graduação em Gestão e Administração Pública.